

Relatório da Administração Ano de 2018



Affix Administradora de Benefícios Resultados do ano de 2018

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Ano de 2018 foi marcado por desafios no setor de saúde suplementar e na Affix foi manter o crescimento, o que nos consolidou numa posição de mercado entre as maiores administradoras de benefícios do país.

Encerramos o ano com mais de 88 mil vidas em nosso portfólio de saúde.

Com apenas cinco anos de mercado, encerramos o ano de 2018 com presença em 17 estados, além do Distrito Federal, com o lançamento de novos produtos e projetos. Além disso, novas parcerias contribuíram para a expansão do portfólio de produtos e maior capilaridade, o que faz parte da nossa estratégia de diversificação, capilaridade e mitigação do risco de concentração.

Apesar do cenário macroeconômico adverso, a receita líquida da Affix cresceu 22,98% em 2018, comparada ao ano anterior. O lucro líquido foi positivo, resultado esse que reverte o prejuízo apresentado no ano anterior.

Em 2018, seguindo nossas diretrizes de transparência e atendimento com qualidade ao cliente, fortalecemos as equipes de qualidade e com isso fomos reconhecidos pelo site Reclame Aqui com o selo ótimo em atendimento ao cliente. Tratar bem, ouvir e entender as pessoas faz parte de nossos valores.

Intensificamos nossos investimentos em tecnologia e com isso, buscaremos racionalizar nossos custos operacionais. Exemplo disso, é o avanço no aperfeiçoamento do aplicativo para o cliente e serviços em nosso site. Atualmente, mais de 35% da carteira de clientes Affix possui boleto digital. Em 2019, esse percentual deve crescer ainda mais.

Contamos com excelentes profissionais e seguimos acreditando que quem nos alavanca são as pessoas: colaboradores, força de vendas, parceiros e clientes. Nossa energia sempre esteve, ainda está, e seguirá bem direcionada a elas. Por isso, valorizamos tanto as pessoas. Está em nossos valores o desenvolvimento de competências e o estimulo de nossas equipes à entrega dos melhores resultados, tendo sempre como premissa o respeito e o cultivo de relacionamentos próximos e duradouros.

Permanecemos fortalecidos na estratégia de crescimento e eficiência, e estamos preparados para seguir crescendo mesmo com um cenário econômico e político eventualmente adverso. Temos uma cultura organizacional que contribuiu para o alcance dos resultados do ano e fortalece a eficiência no atendimento ao beneficiário, com proximidade e responsabilidade.

Na Affix temos uma gestão responsável, transparente, cuidadosa e, acima de tudo, focada na sustentabilidade.

É assim que evoluímos e conquistamos espaço, mantendo-nos fortalecidos em nossa estratégia de crescimento.

Pedro Rezende Presidente



DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Líquida

A Receita Líquida da Affix Benefícios em 2018, alcançou R\$ 58.091 mil, representando um crescimento de 22,98% quando comparada ao ano anterior. Esse aumento reflete principalmente, a manutenção da base de vidas, a expansão para outras regiões do país e os reajustes dos planos de saúde com percentuais acima da inflação.

Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram o montante de R\$ 56.732 mil, demostrando uma elevação de R\$ 5.807 mil, o que representa um aumento de 11,40% comparado ao exercício de 2017. Os principais fatores que influenciaram esse aumento foram os Custos Operacionais e as Despesas com Pessoal e Administrativas. Vale ressaltar que as Provisões para Perdas sobre Créditos Duvidosos tiveram uma redução de 66,45% comparada com 2017. Isso se deve a redução dos níveis de inadimplência dos beneficiários dos planos de saúde da Affix.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do ano totalizou despesa de R\$ 1.174 mil comparado com a receita de R\$ 3.472 mil do ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido registrado em 2018 foi de R\$ 47 mil, revertendo o resultado de 2017, de prejuízo líquido de R\$ 401 mil.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

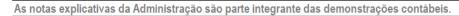
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2018	2017		NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponível	4	1.470	149	Débitos de Op. de Adm de Beneficios			
Realizável		41.081	30.382	Contraprestações/Prêmios a Repassar		11.082	4.700
Aplicações	5	4.505	2.282	Provisões			
Aplicações Garantidoras - Reserva Técnica ANS		2.986	2.281	Provisões de Ações Judiciais	11	585	512
Aplicações Livres		1.519	1	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	10	1.258	2.076
Créditos de Op. com Planos de Assist. à Saúde				Empréstimos e Financiamentos	9	10.160	6.743
Contraprestações Pecuniária/Prêmio a Receber		4.159	2.475	Débitos Diversos		4.660	6.036
Créditos Tributários e Previdenciários		187	115	Total do Passivo Circulante		27.745	20.067
Bens e Títulos a Receber	7	32.230	25.510	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Total do Ativo Circulante		42.551	30.531	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.334	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e Financiamentos	9	2.492	-
Realizável a Longo Prazo		248	69	Débitos Diversos		150	150
lmobilizado		104	115	Total do Passivo Não Circulante		3.976	150
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares	8	104	115	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Total do Ativo Não Circulante		352	184	Capital social		10.920	10.920
				Reservas de Capital		-	84
				Resultado		262	(506)
						11.182	10.498
TOTAL DO ATIVO		42.903	30.715	TOTAL PASSIVO		42.903	30.715

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde Receitas com Operações de Assistência à Saúde	13	58.091	47.236
Receitas com Administração Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde		62.229 (4.138)	50.634 (3.398)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À	SAÚDE	58.091	47.236
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde Provisão para Perdas Sobre Créditos	14	(9.758)	(16.242)
(=) RESULTADO BRUTO		48.333	30.994
Custos Operacionais Despesas com Pessoal e Administrativas	14 14	(29.803) (17.171)	(25.195) (9.488)
Resultado Financeiro Líquido Receitas Financeiras Despesas Financeiras	15	(1.174) 8.208 (9.382)	3.472 7.889 (4.417)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	16	185	(217)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Imposto de Renda da Pessoa Jurídica		(43) (95)	(58) (126)
RESULTADO LÍQUIDO	-	47	(401)





Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro/(prejuizo) do exercicio Outros resultados abrangentes	47	(401)
Total do resultado abrangente do exercício	47	(401)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros	Lucros /Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	370	84	-	(105)	349
Aumento de Capital Reserva de Capital / Patrimonial	10.550				10.550
Prejuízo Liquido do exercício				(401)	(401)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	10.920	84	-	(506)	10.498
Ajustes de Exercícios Anteriores		(84)		721	637
Lucro Líquido do Exercício				47	47
Retenção de Lucros			262	(262)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	10.920	-	262	-	11.182
As notas explicativas da Administração s	são parte integra	inte das de	monstraçõe	es contábeis.	



Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Saúde	307.437	261.134
Resgate de Aplicações Financeiras	70.696	57.972
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.137	1.867
Outros Recebimentos Operacionais	7.113	8.732
Pagamento a Prestadores de Serviço de Saúde	(233.470)	(182.325)
Pagamento de Serviços Terceiros	(6.443)	(7.493)
Pagamento de Tributos	(5.724)	(3.848)
Aplicações Financeiras	(72.919)	(58.133)
Outros Pagamentos Operacionais	(65.224)	(83.855)
∑ Caixa Liquido das Atividades Operacionais	2.603	(5.949)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamentos na Aquisiçãode Ativo Imobilizado	(14)	-
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	-	-
∑ Caixa Liquido das Atividades de Investimentos	(14)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	-	10.550
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento	64.279	197.259
Outros Pagamentos de Atividade de Financiamento	(65.547)	(202.503)
∑ Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(1.268)	5.306
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	1.321	(643)
CAIXA – Saldo Inicial	149	792
CAIXA - Saldo Final	1.470	149
As notas explicativas da Administração são parte integrante da	s demonstrações cont	ábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Affix Administradora de Benefícios Ltda, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade empresária limitada em 17 de setembro de 2009, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o Nº 11.158.465/0001-91 e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35229898521.

A Affix Benefícios tem por objetivo principal o desenvolvimento de atividades de operadora de planos de saúde, na modalidade de administradora de benefícios, estando sujeita à regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador da atividade, conforme dispõe a Resolução Normativa RN nº 196, de 14 de julho de 2009.

A Affix Benefícios tem seu registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 41.472-4, na modalidade de administradora de benefícios.

A Affix Benefícios é uma Sociedade estruturada sob as melhores práticas de compliance e governança corporativa, tendo sua administração exercida por uma diretoria e um conselho de administração.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis elaboradas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata.



2.2.2. Aplicação financeira vinculada às provisões técnicas – Ativo Garantidor

A aplicação financeira vinculada às provisões técnicas, dedicado ao setor de saúde suplementar, em atendimento a IN – ANS nº 203 de 2009, está disponível no fundo de investimento do Banco Bradesco, na carteira de Fundos Dedicados e na Caixa Econômica Federal, na carteira de FIC GIRO EMPRESAS RF DI L.

2.2.3. Contas a receber, Provisão para perdas sobre créditos e Contraprestações a repassar

Nas operações de administração de benefícios por meio de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros, a Affix Benefícios efetua as operações de cobrança dos beneficiários e repassa às operadoras de saúde. As operações são reconhecidas no ativo "Contas a receber", na contrapartida de "Contraprestações a repassar", bem como ainda, nas contas de resultado referentes à taxa de administração.

A inadimplência verificada na carteira do contas a receber da Affix Benefícios, considera as mensalidades vencidas há mais de 60 dias, conforme disposto no item 9.2.3 do anexo I da RN 322/2013. A Administração entende que a provisão para créditos duvidosos calculados nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas contábeis adotadas no Brasil, ao IFRS e a resolução da ANS.

2.2.4. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais.

2.2.5. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As diferenças que por ventura existirem entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação são reconhecidas no resultado durante o prazo contratual e sua efetiva taxa de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante e diferido no passivo não circulante quando a operação é superior a 12 meses contados a data de encerramento das demonstrações contábeis.

2.2.6. Provisões para demandas judiciais

A Entidade responde por processos judiciais de natureza cível, especialmente em relação a beneficiários de planos de saúde. As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando a Administração, por meio de sua assessoria jurídica, considerar "provável" o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa.



Quando a expectativa de perda é avaliada como "possível", a descrição dos processos e montantes envolvidos passa a ser mencionada em nota explicativa. Passivos contingentes avaliados como "perdas remotas" não são divulgados.

2.2.7. Apuração do resultado

A Entidade adota o regime de competência do exercício com o reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrerem, independentemente de seus recebimentos e pagamentos.

2.2.8. Tributos sobre os lucros

O regime de tributação adotado pela entidade é o lucro real anual com base na estimativa da receita, com levantamento de balancetes de suspensão ou redução dos impostos, cuja provisão do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, é constituída com base no regime de competência. Adicionalmente, a provisão dos tributos incidentes sobre o resultado, poderão ser ajustadas pelas adições e exclusões.

3. Principais estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve realizar julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A Administração adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Sociedade adotou estimativas e premissas que podem afetar as demonstrações contábeis. As áreas que envolvem maior julgamento ou uso de estimativas mais relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: (i) Redução ao valor recuperável de ativos; (ii) Provisão para demandas judiciais e (iii) Provisão para perdas sobre créditos.



4. Caixa e equivalente de caixa

	2018	2017
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	1.470	150
	1.470	150

5. Aplicações financeiras

Na posição de 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras somam o montante de R\$ 2.986 mil, compondo lastro para o ativo garantidor, de acordo com a RN nº 392/2015 da ANS.

6. Provisão de Perdas sobre Créditos Duvidosos

	2018	2017
Saldo no início do período	(1.476)	(1.014)
Constituições líquidas (*)	(15.244)	(17.227)
Reversões	15.394	16.765
Saldo do fim do período	(1.326)	(1.476)

^(*) Referem-se, substancialmente, à provisão para perdas com créditos vencidos decorrentes de operações de administração de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Entidade assume o risco da inadimplência perante as operadoras de saúde suplementar. Esse montante está líquido das recuperações, resultado das ações de cobrança de clientes cancelados por inadimplência.

7. Bens e Títulos a Receber

	2018	2017
Adiantamento para fornecedores		4.881
Adiantamento operadoras planos saúde	2.324	2.568
Outros Créditos e Bens a Receber	29.906	18.061
	32.230	25.510
	2018	2017
Ativo circulante	32.230	25.510
Ativo não circulante	<u></u>	
	32.230	25.510



8. Imobilizado

				Líquid	0
Descrição	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
Instalações	10%	8	(5)	3	4
Máquinas e equipamentos	10%	77	(33)	44	52
Equip. proces. de dados	20%	89	(77)	12	6
Móveis e utensílios	10%	83	(38)	45	53
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	-	-	-	-
		257	(153)	104	115

8.1. Composição

8.2. Movimentação

Descrição	2017	Adições	Baixas	Depreciação	2018
Instalações	4	-	-	(1)	3
Máquinas e equipamentos	52	-	-	(8)	44
Equip. proces. de dados	6	14	-	(8)	12
Móveis e utensílios	53	-	-	(8)	45
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
	115	14		(25)	104

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2018	2017
Em moeda nacional		
Capital de giro (a)	6.507	3.884
Conta garantida	1.489	1.181
Antecipação de recebíveis (a)	4.656	1.678
	12.652	6.743



(a) O capital de giro e desconto de recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquido dos custos de transações. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, descontando os juros a transcorrer, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos bancários.

10. Obrigações tributárias

2018	2017
251	669
108	1.363
889	-
1.333	-
9	44
2.590	2.076
1.257	2.076
1.333	
2.590	2.076
	251 108 889 1.333 9 2.590 1.257 1.333

A entidade reconhece o PIS e a COFINS pelo regime da cumulatividade, em conformidade ao parágrafo 9°b, art. 3° da Lei 9.718/1998.

11. Provisão para demandas judiciais

11.1. Composição

Durante o curso normal de suas atividades, a entidade está exposta a riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, a entidade constituiu provisões cíveis no montante de R\$ 585 mil.

11.2. Movimentação das provisões para demandas judiciais



	2018	2017
Saldo no início do período	512	21
Constituições	76	493
Reversões	(3)	(2)
Saldo do fim do período	585	512

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2018, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.920 mil, representado por 10.920.000 (dez milhões e novecentos e vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes na sua totalidade por quotistas sediados no Brasil.

13. Receita líquida de serviços prestados

	2018	2017
Taxa de administração de benefícios - contratos estipulados	47.755	41.966
Taxa de administração de benefícios - contratos não estipulados	14.473	8.667
(-) Impostos Diretos	(4.138)	(3.397)
	58.090	47.236

14. Custos e Despesas

2018	2017
(9.758)	(16.242)
(29.803)	(25.195)
(7.356)	(4.450)
(9.815)	(5.038)
(56.732)	(50.925)
	(9.758) (29.803) (7.356) (9.815)

15. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receitas financeiras	8.208	7.889
Despesas financeiras	(9.382)	(4.417)
Resultado financeiro líquido	(1.174)	3.472



16. Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente e diferido

	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica - Diferido	-	
Contribuição social - Diferido	-	-
Imposto de renda pessoa jurídica	(95)	(126)
Contribuição social	(43)	(58)
	(138)	(184)

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário Definitivo, previsto na Lei 12.973/14.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Em conformidade com a Lei 12.249 de 2010, o endividamento com pessoa jurídica vinculada no exterior que tenha ou não participação societária na pessoa jurídica residente no Brasil, os juros apropriados sobre os empréstimos não são dedutíveis na apuração do resultado fiscal tributável, caso o valor do endividamento com a pessoa vinculada no exterior, seja superior a 2 (duas) vezes o valor da participação da vinculada no patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil.

Assim, devido a esse motivo e por não haver expectativa de geração de lucro tributável futuro, não foi reconhecido o crédito de imposto de renda e contribuição social sobre o saldo de prejuízo fiscal.

17. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Senhores Administradores da **AFFIX Administradora de Benefícios Ltda.** São Paulo – SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AFFIX Administradora de Benefícios Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AFFIX Administradora de Benefícios Ltda.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício Social ano 2018 | Affix Benefícios

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da administração." Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o referido relatório, assim como não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Não temos nada a declarar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas por base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamentos sempre mantendo absoluta cautela profissional no decorrer da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das divulgações das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por
 fraude ou erro, atentando sempre para as evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O
 risco da auditoria não detectar distorção relevante causada por fraude é maior do que proveniente de erro, considerando que a
 fraude pode resultar do ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes, objetivando planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se existe incertezas significativas relacionadas a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvidas significativas relacionadas à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que não existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



• Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 20 de março de 2019.

Gama & Cia. Auditores Independentes CRC-CE N° 227 Manoel Delmar da Gama Contador CRC-RS N° 028449/O-6-T-CE-S-SP

